

A Política de desenvolvimento do Nordeste

NÍLSON HOLANDA

Presidente do Banco do Nordeste
do Brasil S.A.

Resumo: Ao longo de mais de meio século de política econômica regional, tem-se observado um constante e progressivo aperfeiçoamento de instrumentos e mecanismos de ação, que permitem encarar o futuro do Nordeste com mais confiança e otimismo. Três fases bem diferenciadas são identificadas na evolução da política econômica do Governo Federal: a fase hidráulica (de 1909 a 1948), uma fase de transição (de 1948 a 1954) e a fase moderna, que se inicia em 1954, com a implantação do BNB, e se consolida a partir de 1959, com a criação da SUDENE. Mesmo dentro de sua fase moderna, a política econômica regional registrou em sua linha evolutiva importantes alterações, que podem ser desdobradas em, pelo menos, quatro etapas fundamentais. A primeira etapa compreende o período que vai da criação do BNB e SUDENE até a Revolução de 1964. A segunda etapa se caracteriza pelas modificações políticas e econômicas realizadas no período imediatamente após a Revolução. A terceira etapa se estende de 1968 a 1973, e é marcada por variadas e complexas mudanças na política regional. Com a quarta etapa (1974 em diante) tem início um novo ciclo de reformas institucionais, com vistas ao aperfeiçoamento da política governamental para o Nordeste. Destaque especial é dado à ação do Governo Geisel em favor do Nordeste, mencionando dentre as decisões mais importantes adotadas até agora as seguintes: criação do FINOR, do POLONORDESTE, do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste e do CODEVASF; aumento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios; destinação de novas fontes de recursos ao BNB, além da orientação de expandir o parque têxtil nacional principalmente através do Nordeste. Há seguros indícios de que o período do II PND constituirá uma nova etapa na política de desenvolvimento regional do País, de importância decisiva para os destinos do Nordeste.

No conjunto da estratégia de desenvolvimento da economia brasileira das últimas décadas, o objetivo de redução das disparidades regionais tem constituído talvez o desafio mais complexo e difícil da política governamental.

A despeito do grande esforço desenvolvido pelo Governo e apesar dos significativos progressos alcançados, estima-se que em 1980 a renda "per capita" do nordestino ainda representará somente 50% da renda "per capita" do brasileiro (embora esse índice se compare de forma bastante favorável com a média de 40% estimada para o período 47/53).

Para observadores experientes e suficientemente informados sobre as dificuldades e complexidades do desenvolvimento regional, esses resultados podem ser considerados animadores e gratificantes.

Todavia, para a grande maioria dos que sentem e vivem o problema nordestino, em suas variadas dimensões de natureza econômica, social e política, esses resultados já não são tão favoráveis; o ritmo de redução das desigualdades parece-lhes exageradamente lento e o descompasso entre expectativas e realidades cada vez mais penoso. E se lhes vai firmando a impressão de que a política do Governo, no campo do desenvolvimento regional, tem sido ineficiente ou inoperante.

Neste artigo nós nos propomos a demonstrar que essa impressão é falsa e esse julgamento injusto, porquanto, ao longo de mais de meio século de política econômica regional, tem-se observado um constante e progressivo aperfeiçoamento de instrumentos e mecanismos de ação, que nos permitem encarar o futuro com mais confiança e otimismo.

I — AS DIFERENTES FASES DA POLÍTICA ECONÔMICA EM RELAÇÃO AO NORDESTE

Uma análise da evolução da política econômica do Governo Federal em relação ao Nordeste, nas últimas seis décadas, evidencia três fases bem diferenciadas:

- a) a fase hidráulica, que vai de 1909 a 1948, e é dominada pela ação do DNOCS, caracterizando-se pela execução de um amplo programa de obras públicas (açudagem, poços e rodovias) que visava a prover emprego de emergência e defesa contra as secas;
- b) uma fase de transição, no período de 1948 a 1954, quando foram lançadas as bases da infra-estrutura energética da região, com a criação da CHESF, ao mesmo tempo em que se buscava realizar uma experiência de aproveitamento múltiplo de recursos hídricos com a constituição da Comissão do Vale do São Francisco;
- c) a fase moderna de promoção intensiva do desenvolvimento regional, que se

inicia em 1954 com a implantação do BNB e se consolida, a partir de 1959, com a criação da SUDENE.

Fase moderna vs. fase hidráulica

Essa fase moderna comporta alguns desdobramentos importantes em sua linha evolutiva, como veremos mais adiante. De imediato, porém, interessa-nos contrastá-la com a fase hidráulica ou tradicional, para identificar suas peculiaridades mais importantes.

E, nesse particular, a observação mais relevante é a de que a fase moderna caracteriza um grande avanço ou aperfeiçoamento de política econômica, em função dos fatores a seguir analisados.

Em primeiro lugar, com a atuação da SUDENE e do BNB, procurou-se transformar a política defensiva, emergencial e assistemática das obras contra as secas, em uma ação afirmativa, permanente e planejada de promoção do desenvolvimento regional.

Já em 1955, na Introdução Econômica ao Relatório do BNB, era observado que "alguns dos programas mais importantes do Nordeste têm a limitação de ser de natureza defensiva, passiva, ao invés de afirmativos, no sentido de promover o desenvolvimento econômico . . . De um modo geral, a realização de todos os programas é severamente limitada pela inadequação do planejamento e das informações factuais necessárias que são produzidas no processo de planejar . . . É evidente que, na sua qualidade de organismo de crédito, o Banco do Nordeste tem apenas uma responsabilidade parcial na execução do programa federal de desenvolvimento do Polígono . . . Patenteia-se, portanto, a conveniência de levarem-se a cabo a aproximação e a coordenação dos programas das diversas entidades que atuam na região . . ." (1)

A partir de 1961 tem início o ciclo dos Planos Diretores Plurianuais da SUDENE, com o objetivo justamente de corrigir essas deficiências e limitações.

(1) BNB, Relatório do exercício de 1955, págs. 8/12. Ver também Stefan Robock, O Desenvolvimento Econômico do Nordeste do Brasil, BNB, Fortaleza, abril de 1959. Neste último relatório, Robock chamava a atenção para a ausência de planejamento regional, a falta de coordenação entre as várias agências federais que atuavam na região e a inexistência de um processo científico ou racional de identificação dos problemas regionais, em substituição aos julgamentos empíricos, emocionais e "folclóricos".

E, apenas para dar uma idéia do “avanço tecnológico” em que isso implicava para a região, basta referir que o planejamento de longo prazo da SUDENE se estruturou antes que existisse, para o País como um todo, um sistema de planejamento plurianual (somente organizado efetivamente depois da reforma administrativa de 1967).

Em segundo lugar, a política tradicional estava severamente limitada pelo fato de que se atribuía exclusivamente ao setor governo a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento regional. Não existiam incentivos adequados para os investimentos privados e as escassas poupanças da região tendiam a concentrar-se em investimentos improdutivos ou a fluir para as áreas mais desenvolvidas. Com a criação do BNB e da SUDENE, foi implantado um poderoso sistema de incentivos financeiros e fiscais, que contribuiu decisivamente para estimular a aplicação produtiva das poupanças regionais, ao mesmo tempo em que atraía capitais e iniciativa empresarial de outras regiões.

Em terceiro lugar, foram operadas, na fase moderna, significativas mudanças no instrumental da política econômica do Governo, eliminando-se alguns dos fatores que, no passado, haviam sido identificados como responsáveis pela manutenção ou agravamento das desigualdades regionais.

Entre esses fatores devem ser mencionados os mecanismos de transferências de recursos do Nordeste para o Centro-Sul, através do sistema cambial — que beneficiava as regiões deficitárias em suas relações com o exterior; do sistema tributário — que apresentava características regressivas; e do sistema bancário — que concentrava renda nas regiões mais desenvolvidas. A reformulação do sistema cambial e as modificações da estrutura tributária, realizadas na fase moderna (e particularmente depois de 1964), a par de uma vigorosa política de transferências de recursos federais para a região Nordeste, alteraram, de forma radical, em benefício das regiões menos desenvolvidas do País, o quadro institucional vigente há pouco mais de uma década atrás.

II — OS DESDOBRAMENTOS DA FASE MODERNA DA POLÍTICA REGIONAL

Mesmo dentro de sua fase moderna, a política econômica regional registrou, em sua linha evolutiva, importantes alterações, que podem ser desdobradas em, pelo menos, quatro etapas fundamentais:

Primeira etapa: as transformações de 1954 a 1964

A primeira etapa compreende o período que vai da criação do BNB (1954) e SUDENE (1959), até a Revolução de 1964. Nesse período, complementando a atuação pioneira do BNB, a SUDENE procurou desenvolver uma forte ação coordenadora dos investimentos federais na região, ao mesmo tempo em que dava os primeiros passos na execução do programa de industrialização do Nordeste, com base nos abundantes recursos do sistema de incentivos fiscais (que até 1966 eram exclusivos dessa região). Para tanto, contava a SUDENE com as vantagens acidentais de sua "liderança tecnológica" nos campos do planejamento regional e dos incentivos fiscais, a par de uma sólida base de sustentação política, dentro da região Nordeste, no contexto de um regime federativo em que o Governo Central era relativamente fraco.

Era evidente, todavia, que essa era uma situação acidental e transitória e, sob certos aspectos, insustentável, a longo prazo.

O próprio apoio político recebido, a nível regional, pela SUDENE, limitava a sua capacidade de inovar e de renovar estruturas, particularmente na área rural, na medida em que os seus projetos de irrigação, reforma agrária e colonização conflitavam com os interesses de segmentos importantes da comunidade regional. A "liderança tecnológica" também tendia a desaparecer, dado que os próprios sucessos da SUDENE estimulavam a utilização de instrumentos semelhantes de planejamento governamental e incentivos fiscais em outras áreas do País. E a tentativa de subordinar ao controle de um órgão regional todos os investimentos feitos no Nordeste por importantes e poderosos organismos federais, somente poderia ter sucesso durante um prazo limitado e sob condições políticas muito especiais.

Segunda etapa: as reformas de 1964 a 1967

Todas essas tendências naturais de alterações no posicionamento institucional da SUDENE foram consideravelmente reforçadas com as modificações políticas e econômicas que se sucederam a 1964.

Inicia-se uma nova etapa na evolução da política econômica regional. A braços com uma situação de caos financeiro e administrativo, o Governo é obrigado, a partir de 1964, a implantar um processo de planejamento nacional — ao qual necessariamente deveria estar subordinados o planejamento regional — e a concentrar, a nível federal, o poder decisório na área política e econômica. No Governo Castelo Branco, a preocupação dominante é conter as tendências à inflação galo-

pante e à estagnação da economia. Nesse contexto, era grande a tentação de reduzir os limites de incentivos fiscais com vistas ao equilíbrio do orçamento da União. Como diz Luiz Viana Filho, “para os responsáveis pelas finanças públicas, os incentivos apareciam como uma tentadora maçã. E, à menor dificuldade, logo imaginavam lançar mão dela, retirando uma fatia dos recursos destinados ao Nordeste. Foram numerosas as tentativas nesse sentido”.(2)

E a grande conquista do Nordeste nesse período foi justamente o resguardo do sistema de incentivos, dentro de uma conjuntura em que a sua manutenção representava um grande sacrifício para o orçamento federal.

Paralelamente, foram intensificados os desembolsos de recursos de 34/18 em benefício de projetos industriais e agrícolas do Nordeste; as liberações do 34/18 cresceram (a preços constantes de 1974) de Cr\$ 4,7 milhões em 1963 para Cr\$ 55,8 milhões em 1964, Cr\$ 59,2 milhões em 1965, Cr\$ 220,7 milhões em 1966 e Cr\$ 700,4 milhões em 1967 (Ver Quadro I).

Por outro lado, no período 1963/68, o Banco do Nordeste teve a sua fase áurea de expansão, aumentando as suas aplicações globais (em termos de saldos devedores, a preços de 1974) de Cr\$ 717 milhões para Cr\$ 2.741 milhões.

Terceira etapa: 1968 a 1973 (os programas de integração)

A terceira etapa compreende o período de 1968 a 1973 e se caracteriza por variadas e complexas mudanças na política regional.

Como algumas dessas mudanças correspondem à redistribuição de recursos entre finalidades alternativas, torna-se mais difícil a avaliação da política, dado que uma alteração favorável, sob determinado aspecto, pode ser considerada desfavorável, sob outro aspecto. Assim, a aceleração dos projetos de irrigação com recursos do Programa de Integração Nacional é compensada com a redução dos incentivos fiscais alocados ao referido programa.

Por isso, torna-se necessário analisar a evolução dessa política no conjunto dos diferentes programas governamentais voltados para a região.

Do ponto de vista dos recolhimentos de incentivos, as alterações mais importantes foram as aberturas para aplicações em pesca, reflorestamento e turismo, a partir de 1968, e a criação do PIN em 1971 e do PROTERRA em 1972. Em

(2) In O Governo Castelo Branco, p. 248.

consequência, a quota da SUDENE no bolo dos incentivos decresceu de 76% em 1967 para 56% em 1969, 32% em 1971 e 21% em 1973. Essas modificações foram em grande parte compensadas com as aplicações do PIN e do PROTERRA na região Nordeste, embora se tenha generalizado a convicção de que a Amazônia foi a principal beneficiária desses programas de integração nacional.

Já no que se refere às liberações do 34/18, o período 68/73 foi o de mais intenso desembolso de recursos de incentivos fiscais em benefício de projetos do Nordeste.

Nesses 6 anos foram liberados recursos do 34/18 da ordem de Cr\$ 7.952 milhões (a preços constantes de 1974), ou seja, 77% do total de Cr\$ 10.360 milhões dos recursos desembolsados desde a implantação do sistema de incentivos em 1962 até 1974 (Quadro I).

Paralelamente, foi ampliado o fluxo de transferências fiscais da União para os Estados do Nordeste (Fundo de Participação dos Estados, Fundo Especial, Fundo Rodoviário e Fundo de Eletrificação) que cresceram, a preços constantes, de um índice 100, em 1966, para 248, em 1969, e 325, em 1973.

Ao mesmo tempo, foi intensificada na região a ação dos bancos oficiais. O Banco do Brasil, por exemplo, de 1969 a 1973 aumentou o saldo global de suas aplicações no Nordeste 2,5 vezes, em termos reais. No mesmo período o Banco do Nordeste cresceu 1,6 vez, também em termos reais.

A criação do PIN e do PROTERRA correspondeu a uma tentativa de dar sentido mais amplo e abrangente à estratégia de desenvolvimento regional, procurando incorporar os seguintes elementos inovadores, em termos de política regional:

- a) concepção do desenvolvimento do Nordeste, não de forma isolada, mas como parte de um programa mais amplo de integração nacional, que envolveria a progressiva articulação da região Nordeste com a região Amazônica, o Planalto Central e o Centro-Sul;
- b) prioridade no desenvolvimento do setor primário, tradicionalmente negligenciado em programas anteriores;
- c) ênfase nos aspectos qualitativos do processo de desenvolvimento, com vistas à modernização do setor agrário, à melhoria tecnológica, à reorganização fundiária e, de um modo geral, à transformação da agricultura tradicional em uma atividade econômica de características empresariais.

Como era natural, objetivos de natureza tão ampla e difusa não poderiam ser alcançados a curto prazo. E a circunstância de que os investimentos previstos deveriam ser financiados parcialmente com recursos subtraídos ao sistema de incentivos fiscais, não contribuía para conquistar as simpatias dos nordestinos para esses programas. Além disso, o corte brusco de cerca de metade dos recursos potencialmente vinculados ao sistema, gerou um desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos no mercado de incentivos fiscais, criando um grave problema para as empresas regionais.

E, finalmente, o ritmo de crescimento das aplicações do BNB, que dependia estreitamente da disponibilidade dos depósitos do 34/18, foi consideravelmente reduzido.

Quarta etapa: 1974 e o futuro

Dessa forma, estavam definidas as condições para um novo ciclo de reformas institucionais, com vistas ao aperfeiçoamento da política governamental para o Nordeste.

Já em meados de 1973, estudos realizados pelo Ministério do Planejamento, em colaboração com a SUDENE, sugeriam as seguintes linhas de ação para o futuro:

- a) ampliação dos esquemas de transferências fiscais da União para os Estados do Nordeste;
- b) fortalecimento das agências financeiras regionais, particularmente do Banco do Nordeste;
- c) correção das distorções do sistema de incentivos fiscais;
- d) aperfeiçoamento do sistema de planejamento regional, com a formulação de programas integrados de desenvolvimento (3).

Tratava-se de um programa ambicioso vez que, a despeito da importância e urgência dessas medidas, não se poderia esperar que elas pudessem ser implantadas de imediato, face às suas implicações econômicas e político-administrativas.

(3) Ver João Paulo dos Reis VELLOSO, *Desenvolvimento e Grandeza do Brasil: a Experiência Econômica e Social da Revolução*, conferência na ESG, 4/7/73; idem NILSON HOLANDA, *O Desenvolvimento do Nordeste, desempenho recente e perspectivas para 1980*, 1974; Idem, *o BNB como Banco de Desenvolvimento*, 1975; Idem, *Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Regional*, 1975.

Todavia, a partir de março de 1974, o Governo Federal se movimentou com grande rapidez, buscando redefinir e aperfeiçoar a sua política de desenvolvimento regional.

E conforme assinalou o Ministro Reis Velloso, em recente pronunciamento na SUDENE (29/out/75): “fora do comum tem sido a ação do Governo Geisel em favor do Nordeste. Das decisões mais importantes, adotadas até agora, queremos destacar:

- 1) a criação do FINOR, acabando com a intermediação onerosa e que ameaçava desmoralizar o sistema de incentivos fiscais, e garantindo recursos estáveis aos projetos prioritários, notadamente, para a industrialização;
- 2) a criação do POLONORDESTE, objetivando solucionar o seu mais grave problema, o da Agricultura;
- 3) a criação do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste;
- 4) o aumento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, de 10 para 18%, até 1979, o que elevará o valor destinado à Região de Cr\$ 2.289 milhões, em 1975, para Cr\$ 7.076 milhões, em 1979 (a preços de 75);
- 5) a criação da CODEVASF, para dar nova face ao desenvolvimento da Bacia do São Francisco; a aprovação, no âmbito do CDE, do Programa de Industrialização do Nordeste até 79, e do Programa de Desenvolvimento Social, permitindo coordenar, nessas áreas, a ação de todos os Ministérios;
- 6) a destinação de novas fontes de recursos ao BNB (IOF, recursos do PIN e PROTERRA, depósitos do PIN);
- 7) a orientação de expandir o parque têxtil nacional principalmente através do Nordeste”.

Desta forma, temos seguros indícios de que o período do II PND constituirá uma nova etapa na política de desenvolvimento regional do País, de importância decisiva para os destinos do Nordeste.

Face às decisões já adotadas pelo atual governo, espera-se que o reforço do sistema de transferências fiscais da União (tanto via setor público, à base dos fundos de participação, como via setor privado, com fundamento no sistema de incentivos fiscais), venha a produzir na economia nordestina um impacto sem paralelo em sua história econômica mais recente.

Já em seu pronunciamento no Conselho da SUDENE, o Ministro Reis Velloso chamou a atenção para o efeito redistributivo dos sistemas de transferências fiscais, mostrando que, “em termos “per capita”, o nordestino pagou de impostos, em 1974, Cr\$ 325,00 (preços de 1975) e recebeu o benefício de dispêndios públicos no valor de Cr\$ 520,00, enquanto o brasileiro, em média, pagou impostos de Cr\$ 1.420,00 e recebeu benefício de dispêndios públicos no valor de Cr\$ 1.090,00”.

Por outro lado, assinalou também o Ministro Velloso que, já no corrente ano, o auxílio especial autorizado pela União aos Estados do Nordeste, no valor de Cr\$ 1.120 milhões, praticamente dobrou o fundo de participação dos Estados na Região. Para o período 1975/79, estima-se que as transferências a Estados e Municípios venham a totalizar cerca de Cr\$ 37.000 milhões (a preços de 1975).

Com relação ao sistema incentivos fiscais, além da criação do FINOR, o Governo decidiu que, no corrente ano, esse fundo seria reforçado com recursos novos, de fontes federais, da ordem de Cr\$ 500 milhões.

Graças a esse aporte adicional, e bem assim em decorrência do aumento previsto das opções que seriam feitas a favor do Nordeste, o valor das liberações de recursos de sistemas de incentivos fiscais deverá bater todos os recordes em 1975. Ao final de outubro, o total dessas liberações já havia alcançado Cr\$ 2.500 milhões e até dezembro espera-se que esse total atinja Cr\$ 3.100 milhões. Esse valor pode ser comparado com a média anual de liberações de Cr\$ 1.953 milhões, no período de 1973/74, e corresponde a cerca de 30% de todos os recursos de incentivos liberados no período de 1962/74.

O fortalecimento financeiro do BNB, por sua vez, permitirá que a Instituição amplie aceleradamente as suas aplicações e intensifique a sua ação como Banco de Desenvolvimento.

Já nos últimos 20 meses, as aplicações do BNB cresceram de Cr\$ 3.500 milhões para Cr\$ 8.500 milhões, devendo atingir Cr\$ 9.100 milhões em dezembro (Quadro II). As estimativas para 1976 indicam um volume global de aplicações superior a Cr\$ 14.000 milhões.

O programa de desenvolvimento da Agroindústria, a cargo do BNB, e iniciado nos primeiros meses de 1975, já se encontra em pleno andamento e, até o final deste ano, deverá ser alcançada a meta de aprovação de cerca de 12 projetos. E a partir de 1976, o POLONORDESTE deverá estar em plena execução, uma vez que estão sendo concluídos os estudos básicos que deverão orientar a ação do Governo. Além disso, já foi dado início à execução dos primeiros projetos da serra da Ibiapaba do Ceará, no Rio Grande do Norte, na região das Lagoas do Piauí e no Agreste Pernambucano, envolvendo investimentos na ordem de Cr\$ 1.900 milhões.

III – CONCLUSÃO

Temos pois sobejas razões para supor que a execução do II PND caracteriza um novo ponto de inflexão na longa e difícil trajetória da política governamental para o Nordeste.

O exercício da política econômica constitui uma atividade insegura, ou, na melhor das hipóteses, uma arte difícil. Todavia, a longa e profícua experiência que se sedimentou nos últimos anos – através de um lento e penoso processo de tentativas e erros, de freqüentes correções de rumo e de aberturas inesperadas de novas oportunidades – constitui uma base firme e segura sobre a qual poderemos construir um futuro de crescimento e progresso para a sofrida região nordestina.

Abstract – The author of this work himself, propose to demonstrate that, during more than half a century of regional economic policy, one has observed a constant and progressive improvement of the instruments and mechanisms of action which allow us to face the future of the Northeast region with more confidence and greater optimism.

– From the beginning he identifies three well distinguished phases of the evolution of the economic policy of the federal government: a hydraulics phase (from 1909 to 1948), a transitory phase (from 1948 to 1954) and a modern phase which regions in 1954, along with the implantation of the BNB, and consolidates after 1959 when SUDENE was created.

– Even within its modern phase, the regional economic policy registered important alterations in its evolutive line, which can be unfold in at least, four fundamental stages.

– The first stage covers the period after the creation of the SUDENE and BNB until the revolution of 1964.

– The second stage is characterized by the political and economic modifications occurred in the period immediately after the revolution.

– The third stage goes from 1968 to 1973 and is marked by several and complex changes in the regional policy.

– Along with the fourth stage (from 1974 and on), a new cycle of institutional reforms begins in order to improve the governmental policy for the Northeast.

– The author points out specially the action of Geisel's Govern in favor of the Northeast. He mentions, among the important decisions adopted until now, the following: the creation of the FINOR, the POLONORDESTE, the program of development of the agroindustry of the Northeast and the CODEVASF; the increasing of the fund of participation of the States and countries; the findings of new sources of resources for the BNB and more, the orientation to spread the textile national park mainly through the Northeast region.

– He concludes declaring that there are firm intention that the II PND will constitute a new stage in the policy of regional development of the country and will have a decisive importance in the destiny of the Northeast.

QUADRO I
DESEMBOLSOS DE RECURSOS DO SISTEMA
34/18, NO PERÍODO 1962/74
(Em Cr\$ 1.000)

Anos	A Preços Correntes	A Preços Constantes de 1974 (*)	
		Valor	%
1962	14	509	0,01
1963	228	4.727	0,05
1964	5.136	55.895	0,54
1965	8.542	59.273	0,57
1966	43.870	220.754	2,13
1967	178.744	700.498	6,76
1968	326.155	1.029.019	9,93
1969	491.597	1.284.543	12,40
1970	732.367	1.597.292	15,42
1971	854.227	1.547.005	14,93
1972	912.204	1.412.092	13,63
1973	804.718	1.082.346	10,45
1974	1.365.808	1.365.808	13,18
T O T A L	5.723.610	10.359.761	100,00

FONTE: BNB-DEFIN – Divisão de Orçamentos e Controle.

(*) Valores anteriores a 1974 inflacionados pelo Índice Geral de Preços da FGV.

QUADRO II
APLICAÇÕES DO BNB

(Cr\$ Milhões)

Linhas de Crédito	Saldos em Fim de Ano		Saldos em 31/jul/75	Saldos Previstos 31/dez/75	Incrementos de Saldos		Distribuição Relativa: %		
	1973	1974			1974 1973	1975 1974	1973	1974	dez/75
CRÉDITO ESPECIALIZADO	1.819	3.361	4.363	5.995	1,85	1,78	51,2	56,2	65,7
Crédito Rural	1.078	1.809	2.220	2.781	1,68	1,54	30,4	30,3	30,5
Crédito Industrial e p/Serviços Básicos	741	1.552	2.143	3.214	2,10	2,07	20,8	25,9	35,2
CRÉDITO GERAL	1.731	2.620	3.058	3.132	1,51	1,20	48,8	43,8	34,3
APLICAÇÕES TOTAIS	3.550	5.981	7.421	9.127	1,68	1,53	100,0	100,0	100,0

FONTE: DEFIN -- Divisão de Orçamentos e Controle.

